



»Entrevista | **RENATO CASAGRANDE** | GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

Apoiador de Lula no Sudeste, líder capixaba diz que a defesa da democracia exige vigilância constante, mas vê extrema-direita enfraquecida após atos de domingo

Contra golpistas, aliado orienta: “Orai e vigiai”

Tati Beling/ Ales



» VINICIUS DORIA

Único chefe de Executivo estadual aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na região Sudeste, o capixaba Renato Casagrande (PSB) — que assumiu em janeiro, pela segunda vez consecutiva, o comando do Espírito Santo — adotou uma passagem bíblica do Livro de Mateus, em que Jesus aconselha aos apóstolos “orai e vigiai”, como conselho a si e aos colegas governadores. A frase é um alerta de que a ameaça golpista não acabou com a repressão aos atos terroristas de 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes.

Casagrande participou, na segunda-feira passada, da reunião no Palácio do Planalto em que o presidente Lula recebeu ministros do Supremo Tribunal Federal, incluindo a presidente da Corte, Rosa Weber; os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL); e representantes dos governos de todas as 27 unidades da Federação, em uma demonstração de união da República contra os ataques extremistas.

Em entrevista ao **Correio**, o governador capixaba disse que “os golpistas ficaram isolados” e que os atentados tiveram como consequência a “unificação de forças antagônicas em torno do valor da democracia brasileira”.

Ele ficou perplexo com o nível de destruição dos palácios da Praça dos Três Poderes e declarou que é preciso estar vigilante para que movimentos como o que se viu em Brasília não voltem a acontecer. A presença de governadores ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro — em especial o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro da Infraestrutura — sinalizam que a democracia “une as pessoas”.

Filiado ao PSB e reeleito em segundo turno para comandar um estado que deu quase 60% dos votos ao então candidato Jair Bolsonaro, Renato Casagrande prega união das forças políticas locais em torno da retomada do desenvolvimento econômico.

Os golpistas ficaram isolados por terem ultrapassado a faixa da razoabilidade, e ficaram enfraquecidos, enquanto as instituições se fortaleceram”

Temos que ficar com nosso nível de inteligência monitorando qualquer manifestação que tenha a prática da violência, a intenção de não aceitar resultado eleitoral, que tenha espírito golpista”



Qual o balanço que o senhor faz da reunião dos governadores com o presidente Lula e os ministros do STF?

Foi uma reunião com muitos símbolos, forte, com todos os Poderes, com todos os estados presentes, todas as instituições, foi uma reação necessária aos atos violentos que essas instituições sofreram no domingo. Era preciso uma reunião forte, que pudesse demonstrar à população brasileira a unidade das instituições e o trabalho que nós temos que fazer juntos, independentemente das nossas posições políticas, para defender as instituições brasileiras. Isso ficou claro. Lideranças de diversos partidos, juntas, com o mesmo objetivo de condenar os atos terroristas que destruíram fisicamente sedes de Poderes, mas que, na verdade, foi um ataque forte à democracia brasileira. Os golpistas ficaram isolados por terem ultrapassado a faixa da razoabilidade, e ficaram enfraquecidos, enquanto as instituições se fortaleceram com esse movimento e com essa resposta que foi dada de domingo para segunda-feira.

Diante da violência dos ataques na Praça dos Três Poderes, a resposta foi adequada?

Sem dúvida. Apesar da violência dos atos e da agressividade das pessoas, o que resultou desse processo violento foi a unificação de forças políticas antagônicas em torno do valor da democracia brasileira. É hora de estarmos juntos defendendo as instituições.

Como o senhor viu a presença de governadores, como o senhor mesmo disse, antagônicos, em especial, o de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos principais ministros do governo Bolsonaro, mas que fez um discurso pregando pacificação e diálogo?

Avalio como um passo a mais, um amadurecimento da consolidação da nossa democracia. No golpe (militar) de 1964, nossa democracia não sustentou a pressão sobre as instituições. Neste ano, as instituições envergaram, mas não quebraram. Conseguiram resistir aos ataques que estão sofrendo há algum tempo e conseguiram passar por este momento mais duro, que foram os atos de domingo passado. Agora, reunir diferentes pensamentos políticos, de diferentes práticas políticas, lideranças que apoiaram o ex-presidente Bolsonaro, que apoiaram o presidente Lula, que deram apoio a outros candidatos, todos no mesmo ambiente para lutar por uma bandeira única é uma demonstração clara de que a democracia une as pessoas, e é isso que precisa nortear nosso trabalho.

O que o senhor sentiu ao entrar no Palácio do Planalto e, depois, na sede do Supremo Tribunal Federal, o mais depredado na noite de domingo?

Especialmente no Supremo, só quem viu para acreditar no poder destruidor das pessoas que lá entraram com esse objetivo e equipados para fazer isso. Não

deixaram pedra sobre pedra. Destruíram praticamente tudo, todos os móveis, todas as obras de arte, todo o sistema elétrico e hidráulico, as vidraças, foi impressionante a intensidade da destruição.

Qual a mensagem que o senhor vai levar para o Espírito Santo, estado que deu ampla vitória a Bolsonaro contra Lula — que tinha seu apoio —, em que o senhor se reeleger depois de uma disputa difícil no segundo turno contra o candidato apoiado pelo então presidente?

Orai e vigiai (passagem bíblica do Livro de Mateus 26:41)! Vamos orar para que tudo possa correr bem, mas vamos vigiar, porque a democracia exige vigilância permanente. Nós não podemos achar que está tudo resolvido. Temos que ficar com nosso nível de inteligência monitorando qualquer manifestação que tenha a prática da violência, a intenção de não aceitar resultado eleitoral, que tenha espírito golpista. Temos que ficar vigilante e acionar sempre que necessário a Justiça, e controlar para que nenhum espírito autoritário possa se sobrepor à nossa força democrática.

A classe política capixaba entende esse recado?

A maioria, sim. Tem uns que não querem entender, mas a maioria das lideranças entende a necessidade de a gente continuar fortalecendo nossas instituições.

O senhor retornará a Brasília no dia 27, para uma nova reunião dos governadores com o presidente Lula?

Pode ser até que a gente venha antes, porque, neste início de ano, são muitos ministros para a gente conversar para tratar da pauta do Espírito Santo e da pauta nacional. Eu estive (na terça-feira) com o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), e dos Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB-SP), para tratar dos temas de interesse do estado. São investimentos em infraestrutura necessários para que o estado possa aumentar a sua competitividade, principalmente nessas áreas portuária, aeroportuária e de transporte rodoviário.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Havia um golpe em marcha, que fracassou

Não existe mais dúvida de que houve graves falhas no sistema de segurança pública, cuja missão era defender a integridade dos Poderes da República, sem precedentes na nossa história. No imaginário político do país, até domingo passado, eram inimagináveis as cenas de vandalismo protagonizadas pela extrema-direita bolsonarista, com a invasão e a depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, tudo foi planejado, não era uma turba enfurecida em ação na Esplanada; eram militantes políticos mobilizados de vários estados e orientados para provocar o caos, desestabilizar o governo empossado e promover uma intervenção militar para destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, legitimamente eleito.

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que, ontem, desembarcou no Brasil e está preso, tem muitas explicações a dar sobre o golpe de Estado que estava em marcha e foi frustrado. A minuta de decreto para instaurar o “estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)” e mudar o resultado das eleições de 2022, que a Polícia Federal (PF) encontrou na casa dele, era o elo que faltava entre os diversos fatos ocorridos desde 30 de outubro, quando a Polícia Rodoviária Federal, sob sua jurisdição, montou barreiras de fiscalização nas estradas para dificultar o acesso de eleitores às seções de votação, e os fatos lastimáveis de domingo. Nesse ínterim, houve o pedido de anulação do segundo turno das eleições pelo PL, o quebra-quebra em Brasília no dia da diplomação de Lula, o frustrado atentado a bomba nas imediações do Aeroporto JK e tensão na troca de comando das Forças Armadas.

Anderson Torres não é um personagem subalterno, embora não seja reconhecido como grande jurista, ao contrário de outros ministros da Justiça que se prestaram ao papel de “legitimar” golpes de Estado, como Francisco Campos, em 1937, que idealizou e redigiu a *Constituição* outorgada por Getúlio Vargas em novembro daquele ano, a *Polaca*, após o golpe do Estado Novo. Com o Congresso Nacional fechado e a decretação de rigorosas leis de censura, Vargas pôde conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal — como gostaria o presidente Jair Bolsonaro —, e Luís Antônio da Gama e Silva, que suspendeu a frente ampla formada por políticos como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que já haviam sido cassados, e redigiu o AI-5, ato que institucionalizou o regime militar.

Momento delicado

Como se sabe, o AI-5 autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por 10 anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No mesmo dia da decretação do ato, o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado. Só em outubro de 1969 seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República. Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal.

O momento que estamos vivendo é muito delicado, porque não se sabe até onde as investigações sobre os fatos ocorridos no domingo vão chegar e quem são os demais envolvidos na cúpula do governo, inclusive militares. O ex-presidente Jair Bolsonaro não reconhece a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, insiste na narrativa de que as urnas foram fraudadas e mantém sua liderança sobre os grupos de extrema-direita que patrocinaram o quebra-quebra de domingo. São forças organizadas em rede, que mantêm a narrativa golpista e ainda têm grande capacidade de mobilização. Forças que apostam na truculência e dispõem de milícias políticas cujo comportamento pode derivar para ações terroristas e armadas, como no caso do frustrado atentado a bomba e da sabotagem de linhas de transmissão de energia.

Diante desses fatos, as forças democráticas que se posicionaram em apoio ao presidente Lula, particularmente no segundo turno, têm grande responsabilidade, porque há um cenário de grandes dificuldades econômicas e instabilidade política que precisam ser superados para que o país possa voltar a ter uma vida normal. O apoio das forças que compõem a ampla coalizão de governo, independentemente de idiosyncrasias pessoais e divergências políticas pontuais, é fundamental para a defesa da democracia. De outra parte, o presidente Lula e o PT têm a responsabilidade de fazer por onde para merecer esse apoio, sem o qual o governo não terá a menor chance de dar certo.

O EX-MINISTRO DA JUSTIÇA ANDERSON TORRES, QUE ONTEM DESEMBARCOU NO BRASIL E ESTÁ PRESO, TEM MUITAS EXPLICAÇÕES A DAR SOBRE O GOLPE DE ESTADO QUE ESTAVA EM MARCHA E FOI FRUSTRADO